



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

NATHÁLIA XAVIER DE ALCÂNTARA

**REPASSES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS GASTOS SOCIAIS DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2013.**

BRASÍLIA/DF

2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Sônia Nair Bão

Vice-Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo

Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Júnior

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves

**Coordenador-geral do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós Graduação
em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN**

Professora Doutor Jomar Miranda Rodrigues

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

NATHÁLIA XAVIER DE ALCÂNTARA

**REPASSES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS GASTOS SOCIAIS DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2013.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes.

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Área: Contabilidade Pública.

BRASÍLIA/DF

2016

Alcântara, Nathália Xavier.

Repasse do Programa Bolsa Família e os Gastos Sociais nos Municípios Brasileiros em 2013. / Nathália Xavier de Alcântara – Brasília, 2016. 41 p.

Orientador(a): Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2016.
Bibliografia.

1. Programa Bolsa Família. 2. Gastos sociais. 3. Gastos municipais. I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Programa bolsa família e o impacto nos investimentos sociais municipais.

Aos meus pais, Marilu e Ildefonso, e à
minha irmã, Raianne

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela força, por me dar todas as condições necessárias para a realização desse trabalho e por abençoar tanto a minha vida.

Aos meus pais, Marilu e Ildefonso, que por serem professores sempre investiram muito na minha educação e buscaram me proporcionar o melhor. Agradeço por toda a paciência, todo o carinho e toda a ajuda. Sem vocês nada disso seria possível.

À minha irmã, Raianne, que me incentivou e me fez ter cada vez mais vontade de ingressar na Universidade de Brasília e agora estou realizando meu trabalho de conclusão de curso com muita felicidade e sensação de dever cumprido.

A todos os meus familiares por terem me dado tanto apoio, carinho e terem me incentivado a dar o meu melhor.

Aos meus amigos que sempre me incentivaram, me ajudaram e estiveram ao meu lado dando palavras de apoio durante esse tempo. Em especial, ao meu amigo Rodrigo Caires, pela companhia nos finais de semana e feriados em que passamos na biblioteca estudando.

Às minhas amigas Heloiza Linhares e Mariel Castro pela amizade construída ao longo desses anos de graduação e por me incentivarem sempre a dar o melhor de mim na vida acadêmica e profissional.

Ao professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes, excelente pessoa e um professor incrível, muito interessado, dedicado, paciente, atencioso e sempre disposto a ajudar, Agradeço pela dedicação, pela ajuda e por ter tornado essa etapa o mais tranquila possível. Sem a sua ajuda não teria concluído esse trabalho. Muito obrigada!

Por fim, agradeço a todos que estiveram ao meu lado no decorrer desse segundo semestre do ano de 2016 e que contribuíram de alguma forma para que eu atingisse meus objetivos.

“Seja forte e corajoso! Não fique desanimado, nem tenha medo, porque eu, o Senhor, seu Deus, estarei com você em qualquer lugar para onde você for!”

Josué 1, 9

RESUMO

Em um país com tantos problemas de desigualdade sociais, criou-se em 2003 o Programa Bolsa Família com o objetivo de combater a fome e a pobreza. Diante da autonomia relativa que os municípios possuem de alocar os recursos disponíveis, buscou-se analisar o quanto as prefeituras investiram em áreas sociais. Esta pesquisa relaciona a quantidade de benefícios repassados pelo programa aos municípios e o quanto estes investiram em áreas sociais, no ano de 2013. Para alcançar o objetivo proposto, utilizaram-se variáveis que mediram o valor do gasto social em relação ao gasto total e também o gasto social médio por habitante. A partir disso, utilizaram-se testes de médias para relacionar essas variáveis e verificar se há influência do programa bolsa família nos investimentos sociais municipais. De maneira geral, os resultados mostraram que a quantidade recebida pelos municípios de repasses do programa não apresentou influência significativa nos investimentos sociais municipais. Portanto, verificou-se que os valores repassados pelo Programa Bolsa Família, no ano de 2013, não influenciou os gastos sociais nos municípios brasileiros.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Gastos Sociais. Gastos públicos. Municípios brasileiros.

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 –Atendimento e Repasses do Programa Bolsa Família por grupo.....	27
Tabela 4.2 – Testes de Médias para o Programa Bolsa Família.....	28
Tabela 4.3 – Estatísticas Descritivas dos Gastos Sociais Proporcionais.....	29
Tabela 4.4 – Testes de Médias para os Gastos Sociais Proporcionais.....	31
Tabela 4.5 – Estatísticas Descritivas dos Gastos Sociais Per Capita.....	33
Tabela 4.6 – Testes de Médias para os Gastos Sociais Per Capita.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
	1.1 Problema da Pesquisa.....	12
	1.2 Objetivo da Pesquisa.....	12
	1.3 Justificativa da Pesquisa.....	13
	1.4 Estrutura da Pesquisa.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
	2.1 Funções Econômicas do Estado.....	14
	2.2 Gastos Sociais.....	16
	2.3 Programa Bolsa Família.....	19
3	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	23
	3.1 População e Amostra.....	23
	3.2 Dados e Variáveis.....	23
	3.3 Procedimentos Estatísticos.....	24
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
	4.1 Programa Bolsa Família.....	27
	4.2 Bolsa Família e a Composição dos Gastos Sociais.....	29
	4.3 Bolsa Família e os Gastos Sociais Per Capita.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988 a saúde, a educação e a moradia são direitos sociais da população. Compete aos Municípios a manutenção, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, dos programas de educação infantil e de ensino fundamental, de acordo com a Emenda Constitucional nº 53 de 2006. Além disso, é competência dos Municípios a prestação de serviços de atendimento à saúde, com o suporte técnico e financeiro da União e do Estado. A Constituição de 1988 afirma que é competência da União a elaboração e execução de planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social e também a instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação e saneamento básico (BRASIL, 1988).

Após a Constituição Federal de 1988 iniciou-se o processo de descentralização da gestão pública influenciando principalmente a proximidade dos beneficiários com as ações sociais devido à redução da burocracia. Além disso, possibilitou a diminuição dos custos aliado ao aumento da eficiência e da eficácia na aplicação das políticas públicas. Essa aproximação do governo com a população permitiu a maior participação do cidadão como agente fiscalizador e parceiro na administração pública (REZENDE et al.2005).

Acredita-se que o principal objetivo do Estado é a correção das falhas de mercado e das distorções distributivas, visando manter a estabilidade econômica, melhorar a distribuição de renda e alocar os recursos com maior eficiência. A função distributiva do Estado é responsável por ajustar a distribuição de renda assegurando que esta seja considerada justa pela sociedade. Dentre os meios utilizados para distribuir essa renda, destaca-se os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, que busca reduzir as desigualdades sociais e econômicas através de repasses monetários às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social (CAVALCANTI, 2006; MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

O Estado é responsável por realizar investimentos que tenham como objetivo melhorar o bem estar da população. Dentre os mecanismos utilizados pelo poder público, o investimento em áreas sociais permite ofertar serviços básicos que são necessários à manutenção da qualidade de vida da população e muitas vezes não são ofertados pelo sistema privado. O gasto em social é aquele que tem como objetivo a melhoria, a curto ou longo prazo, das condições de vida da população em geral, considerando os gastos efetuados diretamente pela União e as transferências negociadas de recursos a outros níveis de governo ou a instituições privadas. A análise dos gastos públicos na área social permite a avaliação do

impacto desses gastos no sistema de proteção social, avaliando o esforço do Estado no atendimento das necessidades sociais da população (CASTRO et al. 2003; FERNANDES et al. 1998).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em outubro de 2003 a partir da união de quatro programas de transferência de renda anteriores: Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. O Bolsa Família é um programa do governo federal que tem como objetivo beneficiar famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza através de uma transferência condicionada de renda, contribuindo para o combate à desigualdade social no Brasil. A gestão do programa é descentralizada, ou seja, cada ente da Federação tem competências específicas, mas sempre articuladas (BURLANDY et al., 2007).

1.1 Problema da Pesquisa

A Constituição Federal estabelece percentuais mínimos de investimentos em áreas como saúde e educação, e também estabelece limites para os gastos públicos. Apesar disso, ainda há muitas variações nas despesas orçamentárias dos municípios. As prefeituras ainda possuem certa autonomia para alocar seus recursos nas áreas que julgar necessário. Diversos fatores podem influenciar as decisões de investimentos das prefeituras em áreas sociais, como o índice de desenvolvimento humano, a ideologia partidária e o nível de escolaridade do prefeito, dentre outros fatores (PIMENTEL, 2014).

Portanto, considerando que os municípios possuem certa autonomia em relação à alocação dos recursos disponíveis e que os investimentos em áreas sociais podem colaborar para a redução da desigualdade e da pobreza, a pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: **O repasse do Programa Bolsa Família influencia os gastos sociais nos municípios brasileiros?**

1.2 Objetivo da Pesquisa

Diante da problemática apresentada, este trabalho tem o objetivo de analisar se os repasses do governo federal, através do Programa Bolsa Família, influenciam na decisão dos municípios sobre a quantidade que será investida em gastos sociais. Neste trabalho foram analisadas as seguintes funções: assistência social, saúde, educação (infantil e fundamental), urbanismo, habitação e saneamento. Optou-se por essas funções por representarem uma parcela significativa dos dispêndios municipais. As informações foram coletadas na base de

dados Finanças do Brasil (FINBRA) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e também do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), referentes ao ano de 2013.

1.3 Justificativa da Pesquisa

De acordo com o PNAD 2009, quase um quarto da população brasileira recebia benefícios do Bolsa Família e este é considerado o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo. Devido ao porte do programa Bolsa Família e a quantidade de famílias beneficiadas, é importante analisar o impacto que esse programa causa nas finanças públicas. Identificar se além das mudanças sociais esse programa também influenciou outros setores da economia (SOARES, S. et al, 2010;GLEWWE; KASSOUF, 2008).

Portanto, ao analisar como os benefícios do programa podem influenciar nas decisões de investimentos municipais, a pesquisa pode contribuir para a gestão pública a partir do entendimento das necessidades de investimentos em áreas sociais como forma de melhorar o bem estar da população, de forma que o poder público busque compreender as necessidades da população e oferte serviços de qualidade.

1.4 Estrutura da Pesquisa

Este estudo está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a contextualização do problema, os objetivos e a justificativa deste trabalho. O segundo capítulo fornece o embasamento teórico do estudo, relacionando os conceitos relativos às funções econômicas do Estado, os gastos sociais e o Programa Bolsa Família. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos da pesquisa, a população, a amostra, os dados, as variáveis e os procedimentos estatísticos utilizadas na pesquisa. O quarto apresenta os principais resultados da pesquisa, a partir da análise das estatísticas descritivas utilizadas na pesquisa. O quinto traz as conclusões e as considerações finais alcançadas por meio deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Funções Econômicas do Estado

A economia moderna é um sistema misto, na qual há uma integração entre o setor público e o setor privado. Devido a esse fato, a análise de um sistema econômico não pode estar focada apenas em público ou privado, mas deve-se considerar a interação entre eles. O mercado não pode desempenhar sozinho as funções econômicas, tornando necessária a atuação governamental para guiar, corrigir e suplementar as possíveis falhas no desempenho do sistema de mercado, além de zelar pelos interesses e pelo bem-estar da população.(MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

Dentre as diversas funções do Estado, destacam-se as funções econômicas, quais sejam: a função alocativa, a distributiva e a estabilizadora. A função alocativa está relacionada ao provimento eficiente de bens públicos. A distributiva tem como objetivo promover ajustes na distribuição de renda para assegurar que esta seja considerada justa e adequada pela sociedade, utilizando-se, muitas vezes, de mecanismos como tributos e renúncia fiscal para distribuir a renda na economia. Por fim, a função estabilizadora diz respeito ao uso das políticas monetária e fiscal visando, principalmente, a garantia de um elevado nível de emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico (CAVALCANTI, 2006; MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

No final do século XIX marxistas e socialistas afirmaram que um mercado livre resultava em concentração de renda e desigualdade social. Como o mercado não era eficiente na alocação dos recursos, recomendava-se a intervenção do governo para minimizar os efeitos das falhas de mercado e reduzir a concentração de renda, fato esse que levou países como a Alemanha a criar sistemas de seguridade social ainda no século XIX (CARVALHO, 2001).

Destaca-se a importância do Estado na busca por uma alocação eficiente dos recursos, mostrando que até 1960 os gastos públicos na área social levaram a melhorias significativas nos indicadores sociais. Considera-se como falha do mercado “o conjunto de condições sob as quais uma economia de mercado é incapaz de distribuir recursos de maneira eficiente” (CARVALHO, 2001, p. 122). Essas falhas justificam a intervenção do Estado por meio de sua função alocativa, na qual há, muitas vezes, intervenção direta do governo nos meios de produção e também intervenção indireta no sistema privado por meio de estímulos ou penalidades (CARVALHO, 2001).

A alocação de recursos públicos tem como principal objetivo a oferta de bens e serviços que não são providos pelo sistema privado. Destaca-se a importância do desenvolvimento de políticas públicas que busquem otimizar a alocação dos recursos de modo a garantir a efetividade do Estado na garantia do bem-estar da população (SILVA, 2012).

Acredita-se que a descentralização da função alocativa melhoraria a eficiência do Estado. Devido à limitação espacial da influência dos seus benefícios, seria mais eficiente no provimento de bens públicos a esfera do governo que estivesse mais próxima dos beneficiados, ou seja, os governos locais proveriam com maior eficiência os bens públicos por conhecerem melhor as preferências e necessidades de sua população (MORAES, 2002).

De acordo com o teorema fundamental do bem estar econômico, a alocação dos recursos é eficiente quando é possível melhorar o bem-estar de um agente sem prejudicar o do outro. A atuação governamental é necessária para guiar e corrigir as falhas do sistema de mercado e as distorções distributivas, com o objetivo de manter a estabilidade e melhorar a distribuição de renda, contribuindo para o bem-estar social da população (CAVALCANTI, 2006).

A função distributiva refere-se aos ajustes na distribuição de renda para assegurar uma distribuição justa dos recursos com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e a concentração de renda. O problema da distribuição de renda é um aspecto complexo e um dos mais controversos na determinação de políticas públicas, porém discussões a respeito da distribuição de renda têm permanecido como uma das mais importantes e diversas políticas vem sendo ampliadas nos últimos anos buscando melhorar as condições de vida da população de baixa renda e garantir o mínimo de dignidade para essas famílias, como o Programa Bolsa Família, criado em 2003, e que será explicado mais adiante (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

Através das receitas advindas de outros entes federativos, o Estado cumpre sua função distributiva, garantindo a oferta de serviços públicos para os municípios que não conseguem gerar receita suficiente para atender as necessidades básicas da população e garantir o bem-estar social através do fornecimento de serviços públicos de qualidade (ROCHA, 2011).

O governo utiliza vários mecanismos de política fiscal para distribuir renda, dentre eles estão os tributos e a renúncia fiscal. Dentre os mecanismos utilizados para transferir a renda destacam-se a utilização de imposto de renda progressivo, com o objetivo de captar recursos das famílias de maior renda, e a utilização de tributos sobre os bens de luxo e

subsídios sobre bens básicos, pois nestes há maior consumo da população de baixa renda (PYNDICK; RUBINFELD, 2002).

A utilização de mecanismos para transferência de recursos proporciona um maior ajuste na distribuição de renda, permitindo que a população de baixa renda tenha acesso a serviços básicos. Acredita-se que os impostos sobre a renda são mais eficientes visto que não influenciam as decisões de produção e consumo (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

As políticas públicas destinadas à redistribuição de renda devem ser realizadas em nível nacional. Acredita-se que a existência de programas regionais de redistribuição de renda pode afetar as decisões de indivíduos e de empresas, gerando ineficiências econômicas. Essas medidas regionais podem provocar uma concentração da população de baixa renda nos municípios que oferecem maiores benefícios e a saída dos mais ricos para outras regiões (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

Musgrave e Musgrave (1980, p. 11) afirmam que “a política fiscal deve ser formulada objetivando alcançar ou manter um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e ainda uma taxa aceitável de crescimento econômico”.

Acredita-se que a função estabilizadora é competência do governo federal e que na ausência de uma política que oriente o sistema de mercado, a economia estaria instável, sujeita a flutuações significativas e a situações de desemprego e inflação, visto que as políticas econômicas influenciam diretamente nos níveis de emprego e de renda da população. De acordo com Cavalcanti (2006), a função estabilizadora é exercida a partir de um *trade off* entre a estabilidade dos preços e um crescimento econômico equilibrado.

2.2 Gastos Sociais

O gasto social federal é aquele que tem como objetivo a melhoria das condições de vida da população, a curto ou longo prazos, considerando as transferências diretas da União e os recursos recebidos de outros níveis de governo e também de instituições privadas (FERNANDES et al., 1998).

Os gastos do governo federal em áreas sociais, como saúde, educação e habitação, na medida em que buscam atender as necessidades da população mais carente, podem colaborar para a redução das desigualdades causadas pela falta de oportunidades e perspectivas. De acordo com estudos realizados sobre o assunto, política social é um conjunto de ações do Estado que tem como objetivo atender as necessidades da população e prover

direitos sociais fundamentais, buscando promover uma maior igualdade entre os indivíduos (CASTRO et al., 2003).

A avaliação do gasto público em áreas sociais é importante para analisar o esforço do governo na promoção de recursos e se o Estado está sendo eficiente na oferta de serviços públicos que melhorem o bem-estar da população e atendam às necessidades sociais (CASTRO et al., 2003).

A Constituição de 1988 representou um grande avanço em relação à arrecadação tributária no país. Houve um processo de descentralização fiscal que permitiu aos municípios maior autonomia na alocação dos recursos disponíveis e na execução de políticas públicas. Esse fato aumentou a importância dos municípios em relação aos gastos do setor público, principalmente os ligados à área social (AFONSO; ARAÚJO, 2001).

Entre os anos de 2000 e 2008 houve uma queda na receita tributária da União e um aumento da participação dos Estados e municípios, influenciada pela descentralização fiscal que vem ocorrendo no país após a Constituição de 1988. O crescimento da participação dos municípios foi de mais de 50% no período estudado. Entretanto, as transferências de receitas da União ainda têm um peso importante e influenciam na quantidade de gastos sociais que serão realizados (ROCHA, 2011).

Após a Constituição de 1988 houve um aumento na arrecadação própria municipal, caracterizando a descentralização fiscal que está ocorrendo no país. O crescimento da receita dos municípios não é consequência apenas do aumento das transferências intergovernamentais. Boa parte desse crescimento está relacionada à modernização fazendária do país, na qual a maior parte da arrecadação tributária municipal está relacionada ao imposto sobre a prestação de serviços – ISS – e sobre a propriedade urbana – IPTU (AFONSO; ARAÚJO, 2001).

A melhoria do gasto público permite que o governo mantenha superávits fiscais e promova um desenvolvimento econômico. A alocação eficiente dos recursos disponíveis permitiria que as demandas sociais da população pudessem ser supridas sem a necessidade de aumento da carga fiscal (BOUERI, 2006).

A Constituição Federal de 1988 estabelece percentuais mínimos de aplicação das receitas em educação para cada ente da Federação. De acordo com a Emenda Constitucional nº 53 de 2006, a manutenção dos programas de educação infantil e de ensino fundamental são de competência dos municípios, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado (BRASIL, 1988).

A educação é um aspecto fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país, contribuindo para a redução da criminalidade e do trabalho infantil e, de forma indireta, para a redução da mortalidade infantil e para o aumento da expectativa de vida da população. Uma educação de qualidade promove novas oportunidades ao indivíduo, melhorando a qualidade de vida e dando condições para que ele supere o ciclo da pobreza (FRANCO, 2008).

O direito à saúde foi adquirido na Constituição Federal de 1988, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estados são responsáveis pela promoção de serviços e ações de saúde, e contam com o apoio dos municípios para o gerenciamento de serviços de saúde locais. A Emenda Constitucional 29 de 2000 estabelece a porcentagem mínima de recursos orçamentários que devem ser aplicadas na saúde, para os três níveis de governo, que são: para os estados, 12% das receitas; para os municípios, 15% das receitas; e para a União, o gasto acompanha a variação do crescimento do PIB (SILVA, 2012).

De acordo com o art. 21 da Constituição de 1988, é função da União instituir diretrizes para o desenvolvimento e provimento de habitação e saneamento básico. É competência dos municípios o desenvolvimento de programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais (BRASIL, 1988; SILVA, 2012).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu percentuais mínimos de investimento em áreas estratégicas, como educação e saúde, além de estabelecer limites para os gastos com o poder público. Apesar dessas previsões constitucionais, percebe-se que há variações nas despesas orçamentárias nas gestões municipais (PIMENTEL, 2014).

Concluiu-se que entre os anos de 2005 e 2012 os princípios constitucionais de garantia do desenvolvimento nacional e de combate à desigualdade social apresentaram resultados positivos, pois os percentuais investidos em áreas econômicas, sociais, cultura e lazer, entre outras, foram importantes. As prefeituras gastaram, em média, 58% das despesas municipais em áreas sociais (PIMENTEL, 2014).

Diversos fatores podem influenciar as decisões de investimentos das prefeituras brasileiras em gastos sociais. Dentre outros fatores, destaca-se que a quantidade investida em áreas sociais está relacionada ao montante recebido, nas campanhas dos prefeitos, de doações de pessoas físicas. Além disso, o IDH foi a variável mais relevante sobre a proporção do gasto em áreas sociais, pois os municípios com menores índices de desenvolvimento humano foram os que investiram mais em áreas como educação, saúde, assistência social, saneamento e habitação (PIMENTEL, 2014).

Considera-se, também, outros fatores que influenciam as decisões de investimentos das prefeituras em áreas sociais como o aspecto ideológico, pois observou que os prefeitos de partidos de esquerda estão mais propensos à investir em áreas sociais e que prefeitos que são reeleitos investem mais em áreas sociais. Além disso, aqueles que possuem nível superior completo investiram mais nessas áreas (PIMENTEL, 2014).

2.3 Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda que tem como objetivo o combate à pobreza e a desigualdade no Brasil. O programa foi criado em outubro de 2003 a partir da união de quatro programas anteriores: Bolsa Escola, Auxílio-gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - órgão responsável pelo programa em nível federal - o programa possui três eixos principais. O primeiro refere-se ao complemento da renda que tem como objetivo o alívio mais imediato da pobreza mediante a transferência direta do benefício em dinheiro, realizada pelo governo federal. O segundo eixo está relacionado ao acesso a direitos, principalmente os ligados a educação, saúde e assistência social, por meio de condicionalidades, pois essa seria uma forma de permitir que os beneficiários sejam incluídos socialmente e possam ter mais oportunidades para melhorar sua situação econômica e interromper o ciclo da pobreza. O terceiro refere-se à articulação com outras ações, pois o programa busca integrar e articular várias políticas sociais contribuindo para que as famílias beneficiadas superem a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

O Bolsa Família é um programa federal, no qual União, estados, Distrito Federal e municípios trabalham em conjunto e de forma articulada para garantir a implementação e a eficiência do programa. Entretanto, a gestão do programa ocorre de maneira descentralizada e cada ente da Federação tem competências específicas. Embora os três níveis de governo tenham obrigações em relação ao programa, a maior parte das responsabilidades sobre a oferta dos serviços, o cadastro e a gestão do acompanhamento das famílias beneficiadas recai sobre os municípios, destacando a importância de uma boa gestão destes para que os objetivos do programa possam ser alcançados (BURLANDY et al., 2007).

O programa foi criado por meio da Medida Provisória nº132, em 2003. No ano seguinte, em 9 de janeiro de 2004, foi criada a Lei nº 10.836 institucionalizando o Programa Bolsa Família. O artigo sexto dessa lei afirma que a quantidade de benefícios deve ser

compatível com as dotações orçamentárias existentes. Ao contrário de outros benefícios, como a aposentadoria e o seguro-desemprego, o programa tem orçamento definido e é condicionado às dotações orçamentárias disponíveis. Quando o limite de benefícios é atingido, novos benefícios só poderão ser concedidos após a emissão de crédito suplementar (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Segundo Zimmermann (2006), o Bolsa Família tem impacto positivo no combate à fome e na garantia do direito à alimentação no Brasil. Esse programa tem ganhado destaque em diversas mídias e vem sendo elogiado por cientistas sociais de várias partes do mundo. A revista britânica *The Economist* publicou um artigo, no ano de 2005, destacando que o programa é uma nova forma de tratar o problema da fome e tem sido mais eficiente do que programas existentes anteriormente. Em relação à qualidade do programa e a quantidade de famílias beneficiadas nota-se que houve um avanço em relação às propostas anteriores. De acordo com informações obtidas no sítio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em agosto de 2016, 13.847.958 famílias receberam o valor médio de R\$ 182,62.

De acordo com Glewwe e Kassouf (2008), o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo. Uma das condicionalidades mais importantes desse programa está relacionada à manutenção da criança e do adolescente na escola, na qual os beneficiários que tenham entre 6 e 17 anos devem estar matriculados e ter frequência mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.

Diversos estudos mostraram que esse tipo de transferência de renda condicionada tem aumentado a quantidade de crianças matriculadas, diminuído o trabalho infantil e melhorado o estado nutricional dos beneficiados. Esses autores concluíram em sua pesquisa que o programa aumentou, em média, 6% das matrículas nas escolas referentes ao ensino fundamental, e também as taxas de aprovação. Concluiu-se também que houve diminuição nas taxas de abandono escolar, destacando os resultados positivos alcançados a partir da implementação do programa (GLEWWE; KASSOUF, 2008).

A partir de algumas pesquisas realizadas concluiu-se que mais de 65% da população beneficiária do programa está na Região Nordeste do país, destacando a situação de pobreza e de vulnerabilidade social que a população nordestina se encontra. Relaciona-se também ao fato de o programa ter se iniciado nessa região, contemplando boa parte das famílias necessitadas. Todavia, menos de 1,5% da população beneficiária encontra-se na

Região Sul, refletindo a desigualdade de renda existente no país entre as diferentes regiões (MARQUES et al., 2007).

De acordo com Marques et al. (2007) houve um aumento na arrecadação de tributos após a Constituição de 1988, especialmente os relacionados a prestação de serviços e de circulação de mercadorias. Concluiu-se que quanto menor for a receita disponível do município, ou seja, quanto menor for o desenvolvimento do município em relação à arrecadação tributária, maior será a importância dos recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família.

As transferências voltadas para as famílias mais pobres, principalmente as realizadas pelo Programa Bolsa Família, têm os maiores efeitos multiplicadores, e, dessa forma, desempenham um papel importante para a dinâmica macroeconômica brasileira. Os efeitos multiplicadores são maiores devido ao fato de que as famílias mais carentes têm maior tendência a consumir do que a poupar. Portanto, se há um aumento na renda dessas famílias, aumentaria o consumo e também a demanda, estimulando a economia (NERI et al., 2015).

Uma crítica que alguns autores fazem em relação ao Programa Bolsa Família é no que diz respeito ao cumprimento das condicionalidades. Acredita-se que a um direito não deve ser imposto contrapartidas, uma vez que a responsabilidade pelo provimento de serviços públicos é competência do Estado, e muitas vezes, o poder público não oferece meios suficientes para o cumprimento das condicionalidades impostas pelo programa. Destaca-se também o fato de não haver a concessão do benefício a todas as pessoas elegíveis, visto que o Bolsa Família é um programa de orçamento definido. Dessa forma, muitas famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza acabam não sendo beneficiadas (ZIMMERMANN, 2006).

Nota-se que as famílias mais necessitadas são as que têm mais dificuldade em cumprir as condicionalidades quando comparadas as famílias menos vulneráveis. São famílias que, muitas vezes, vivem longe das escolas e dos postos de saúde, e também tem menos acesso à informação. Concluiu-se que para que as famílias cumpram as condicionalidades a elas imposta, o Estado deve ser mais eficiente no cumprimento do seu dever constitucional de ofertar os serviços básicos necessários à população (SOARES; SÁTYRO, 2009).

É importante ressaltar que o programa ainda apresenta alguns obstáculos a serem enfrentados. Dentre eles, está a quantidade de famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza e que não são beneficiadas, e também o valor do benefício, que não é suficiente para satisfazer as necessidades alimentares mínimas de uma família. Acredita-se que uma medida eficiente seria o aumento do valor do benefício para o

equivalente a Cesta Básica Nacional do DIEESE, de acordo com pesquisa realizada em junho de 2005 em dezesseis capitais brasileiras, afirmando que um trabalhador em idade adulta necessitaria de um valor mínimo de R\$ 159,29 para satisfazer suas necessidades alimentares mínimas. Dessa forma, garantiria à população uma alimentação de melhor qualidade, melhoraria a situação nutricional das famílias, reduziria a fome e, conseqüentemente, melhoraria o bem-estar da população beneficiada (ZIMMERMANN, 2006).

Lavinas (2007, p. 1470) afirma que “qualquer benefício que não expresse um direito é, por força das circunstâncias, passível de uso político”. Portanto, um avanço importante para garantir a eficiência do programa seria a transformação deste em um direito que tenha como objetivo a garantia da segurança econômica e social da população mais carente, através da oferta de serviços que assegurem o acesso a mais bem-estar.

3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esta seção apresenta os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa. Inicialmente, são apresentados os dados da população e da amostra, em seguida os dados e as variáveis selecionadas e, por fim, os procedimentos estatísticos utilizados para a operacionalização da pesquisa e obtenção dos resultados.

3.1 População e Amostra

A população da pesquisa compreende os municípios brasileiros, que em 2015 totalizavam 5.570 municípios, de acordo com estimativas realizadas pelo IBGE .

Inicialmente, a amostra do estudo foi composta por 5.387 municípios, pois os demais foram excluídos devido à ausência de dados contábeis sobre os valores dos gastos municipais. Entretanto, ao longo da pesquisa, notou-se que o município Balneário Rincão, em Santa Catarina, não apresentava dados referentes ao Programa Bolsa Família no ano de 2013. Além disso, o município Igreja Nova, em Alagoas, apresentava valores negativos referentes aos gastos municipais em assistência social. Devido à ausência de dados necessários para a operacionalização da pesquisa, estes municípios foram excluídos da amostra.

Considera-se como limitação da pesquisa os municípios que não continham os dados necessários para o estudo. Portanto, a amostra final da pesquisa compreende 5.385 municípios, representando 96,68% dos municípios brasileiros, para o período estudado.

A partir dos dados selecionados para a análise do programa, organizou-se a amostra em ordem crescente de valores médios repassados aos municípios e dividiu em tercís. A partir da divisão em tercís, criou-se dois grupos. O primeiro grupo, que corresponde ao primeiro tercil, refere-se aos municípios que receberam os menores valores médios de benefícios do Bolsa Família. O segundo grupo, que corresponde ao terceiro tercil, apresenta os municípios que receberam os maiores valores médios referentes ao Programa Bolsa Família.

3.2 Dados e Variáveis

Os dados contábeis referentes aos gastos municipais por função orçamentária utilizados na pesquisa foram extraídos do banco de dados do Finanças do Brasil (FINBRA), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os dados referentes aos valores

repassados pelo Programa Bolsa Família aos municípios fazem parte do banco de dados disponibilizados no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Para identificar a composição do gasto realizou-se a divisão entre o gasto em cada uma das áreas sociais escolhidas pelo gasto total do município, sendo que o gasto social corresponde às áreas selecionadas para o estudo, ou seja, assistência social, saúde, educação (infantil e fundamental), habitação, urbanismo e saneamento.

Para calcular o valor do gasto *per capita* utilizou-se a divisão dos gastos sociais municipais pela população do município correspondente, identificando o valor gasto em cada uma das funções selecionadas, por habitante.

Foram utilizados os dados referentes ao ano de 2013. A escolha desse ano como referência para a pesquisa ocorreu devido à indisponibilidade de dados contábeis mais recentes em nível municipal, no momento da coleta de dados da pesquisa.

Os dados utilizados referentes ao Programa Bolsa Família foram a quantidade de famílias beneficiadas e o valor total dos benefícios repassados por município.

Após a coleta dos dados contábeis dos municípios, foram selecionados para o estudo, considerando como gastos em áreas sociais, os gastos com assistência social, saúde, educação (infantil e fundamental), habitação, urbanismo e saneamento. Organizou-se uma tabela que continha todos os municípios que tinham os dados contábeis necessários para a pesquisa e o quanto cada município gastou em cada área social escolhida para o estudo no ano de 2013.

Esses dados foram selecionados por apresentarem valores relevantes em relação aos gastos totais do poder público, e também por serem setores importantes que influenciam diretamente na qualidade de vida e na garantia do bem-estar da população. Segundo Pimentel (2014), entre os anos de 2005 e 2012 a média das despesas municipais em áreas sociais foi de 58% dos dispêndios totais.

3.3 Procedimentos Estatísticos

Após a seleção da amostra e das variáveis utilizadas no estudo, criou-se uma média entre essas variáveis, obtendo, dessa forma, o valor médio recebido pelas famílias beneficiárias do programa por município, no ano de 2013.

Os valores médios dos repasses aos municípios por meio do Bolsa Família foram ordenados em ordem crescente. O grupo 1 corresponde aos municípios que menos receberam

repasse do Programa Bolsa Família e apresentaram valores a partir do valor mínimo até o valor do 1º tercil. O grupo 2 corresponde aos municípios que mais receberam repasses do programa, ou seja, aqueles que apresentaram valores acima do 2º tercil até o valor máximo da amostra.

Foram utilizadas duas variáveis para a análise da relação entre os gastos municipais e a influência dos valores repassados pelo Programa Bolsa Família. A primeira variável foi a composição do gasto que analisou o quanto o valor do gasto em cada área social representa em relação ao gasto total do município. A segunda variável analisou o gasto per capita através da relação entre cada gasto social e a população do município, permitindo verificar o quanto o município gasta em cada setor por habitante.

Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas que permitem resumir, descrever e compreender dados de uma determinada amostra. A estatística descritiva consiste em um conjunto de técnicas analíticas que são utilizadas para resumir e analisar o conjunto de dados que serão investigados, proporcionando resultados que permitam analisar e comparar informações sobre a tendência central e a dispersão dos dados da amostra, através da criação de instrumentos como gráficos, tabelas e indicadores numéricos (MORAIS, 2005).

A pesquisa comparou se nos municípios que mais receberam (grupo 2) e os que menos receberam (grupo 1) repasses do Programa Bolsa Família o gasto social foi diferente. Para cada gasto social comparou-se, a partir de medidas estatísticas, se os gastos municipais foram maiores nos municípios em que os valores médios repassados pelo Bolsa Família foram inferiores ou nos municípios em que os valores médios referentes ao programa foram superiores.

Os instrumentos estatísticos utilizados na pesquisa permitiram relacionar e comparar os grupos um e dois, ou seja, aqueles que receberam os menores valores médios de repasse do governo federal referentes ao Programa Bolsa Família e os que receberam os maiores valores médios respectivamente, com cada gasto social escolhido para o estudo.

Utilizou-se medidas de tendência central, como a média, e também medidas de dispersão, como os valores mínimo e máximo, desvio padrão, variância, assimetria e curtose. Através dos testes de médias comparou-se o comportamento dos gastos sociais entre os municípios que mais e menos receberam repasses do Bolsa Família.

Os testes de médias permitiram comparar o comportamento dos gastos sociais entre os municípios que mais e menos receberam repasses do Bolsa Família. A utilização do teste unicaudal permitiu identificar se a média do grupo 1 foi superior ou inferior à média do grupo 2.

O teste de média também permitiu identificar se as médias rejeitaram ou não a hipótese nula. A hipótese nula considera que as médias dos grupos que mais e que menos receberam repasses do programa são semelhantes. Se essa hipótese for rejeitada, isso significa dizer que as médias não são semelhantes e, portanto, há diferença entre os valores médios dos grupos. Considerou-se um nível de erro igual a 5%.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados das estatísticas descritivas das variáveis utilizadas para o estudo. Analisa-se se os valores repassados por meio do Programa Bolsa Família influenciaram os gastos sociais municipais no ano de 2013.

4.1 Programa Bolsa Família

A tabela 4.1 apresenta os dados do Programa Bolsa Família referente ao ano de 2013. Relaciona-se os menores, os maiores e a média de valores referentes à quantidade de famílias beneficiadas por município, o valor repassado e o valor médio do benefício por família. Os valores constantes na tabela são anuais.

Tabela 4.1 – Atendimento e Repasses do Programa Bolsa Família por grupo.

Variáveis		Qntd. F. Benef.	Valor Repassado	Média p/ Família
Média	Grupo 1	2.588,46	3.834.352,18	1.472,18
	Grupo 2	2.319,37	4.974.114,34	2.149,31
Mínimo	Grupo 1	3,00	620,00	141,00
	Grupo 2	3,00	8.818,00	1.851,79
Máximo	Grupo 1	347.191,00	430.243.182,00	1.594,56
	Grupo 2	58.762,00	120.577.306,00	3.597,16

Analisando a tabela, nota-se que a quantidade média de famílias beneficiadas pelo programa, no grupo dos que menos receberam repasses do Bolsa Família (grupo 1), é maior do que no grupo dos que mais receberam repasses (grupo 2). O grupo 1 apresentou um valor médio de repasse inferior ao grupo 2, fazendo com que a média dos valores repassados às famílias por município seja menor do que no grupo 2.

Nos valores médios do grupo 2, destaca-se que apesar da quantidade de famílias beneficiadas ter sido inferior ao grupo 1, o valor repassado foi maior. Dessa forma, a média do grupo 2 foi superior à média do grupo 1. Isso pode caracterizar uma certa desigualdade na distribuição do benefício, pois para que houvesse uma distribuição mais igualitária de valores seria interessante que os municípios que tem uma maior quantidade de famílias beneficiárias recebessem os maiores valores médios de repasse e percebe-se que isso não ocorreu no ano do estudo.

O valor mínimo referente à quantidade de famílias beneficiadas foi o mesmo para os dois grupos. Nota-se que há uma grande variação entre o valor mínimo repassado por

município. No grupo 1 o valor mínimo repassado é de 620 reais, enquanto que no grupo 2 o valor mínimo é de 8.818 reais.

O grupo 1 apresenta os maiores valores máximos para quantidade de famílias beneficiadas e valor do repasse. Devido ao fato de ambos os valores serem altos, quando calcula-se a média do valor do benefício por município o valor é inferior ao do grupo 2. No grupo 2 a quantidade máxima de famílias beneficiadas por município e o valor médio repassado são muito inferiores aos do grupo 1. Apesar disso, a média do valor máximo referente ao grupo 2 é maior que o dobro da média do grupo 1.

Essa diferença entre os valores médios repassados às famílias beneficiárias pode estar relacionada ao fato de o Programa Bolsa Família, além de oferecer o benefício básico às famílias extremamente pobres, também oferecer benefícios em que os valores são variáveis. Estes benefícios têm como objetivo auxiliar, principalmente, famílias que tenham crianças, adolescentes e gestantes, e seus valores variam de acordo com a composição familiar, não ultrapassando os limites do programa.

A tabela 4.2 apresenta os testes de médias para os valores do Programa Bolsa Família no ano de 2013. A análise desses resultados permite comparar os valores recebidos do programa entre os municípios que mais e que menos receberam benefícios do Bolsa Família.

Tabela 4.2 - Testes de Médias para o Programa Bolsa Família.

Variáveis	mg1	mg2	stat t	t crít. unic.	t crít. bic.
Qntd. F. Benef.	2.588,4591	2.319,3653	0,9063	1,6453	1,9606
Valor repassado	3.834.352,1822	4.974.114,3413	-2,6451	1,6453	1,9606
Média por família	1.472,1781	2.149,3112	-103,2253	1,6453	1,9606

Em relação à quantidade de famílias beneficiadas pode-se concluir que as médias dos grupos que menos e que mais receberam repasses do Programa Bolsa Família não apresentaram diferença significativa, pois o valor da estatística teste foi inferior ao t crítico unicaudal. Esse resultado permite concluir que a quantidade média de famílias beneficiadas é semelhante tanto para os municípios que menos receberam quanto para os que mais receberam repasses do programa.

O valor repassado aos municípios também apresentou o valor da estatística teste inferior ao t crítico unicaudal, concluindo que os valores repassados aos municípios não apresentaram diferenças significativas entre os grupos dos que mais receberam e dos que menos receberam repasses do programa.

O resultado do valor médio por família, apesar de ter apresentado um valor superior nos municípios que mais receberam repasses do bolsa família, permitiu concluir que os valores médios repassados às famílias não apresentaram diferença significativa entre os municípios que mais e que menos receberam repasses do programa devido ao fato de que a estatística teste apresentou um valor inferior ao t crítico unicaudal.

4.2 Bolsa Família e a Composição dos Gastos Sociais

A tabela 4.3 apresenta as estatísticas descritivas utilizadas no estudo e as variáveis referentes aos gastos sociais municipais. As estatísticas das variáveis foram calculadas somente para os municípios que apresentaram informações sobre os gastos contábeis e sobre o recebimento dos repasses referentes ao Programa Bolsa Família. Portanto, foram analisados 5.385 municípios. O grupo 1 (1º tercil) contempla 1.795 municípios e o grupo 2 (3º tercil) contempla 1.796 municípios.

Tabela 4.3 - Estatísticas Descritivas dos Gastos Sociais Proporcionais.

Variáveis	Média	D. P.	Assim.	Curt.	Mín.	Máx.	1º T.	2º T.
Gastos Sociais Totais/GastoTotal	0,3191	0,0612	-0,4178	2,9109	0,0000	0,6677	0,2944	0,3429
Assistência Social/Gasto Total	0,0128	0,0058	1,1357	4,6045	0,0000	0,0646	0,0102	0,0144
Saúde/Gasto Total	0,0778	0,0184	-0,3132	5,3816	0,0000	0,2249	0,0714	0,0834
Educação/Gasto Total	0,1042	0,0323	0,5001	2,6598	0,0000	0,3902	0,0882	0,1154
Ed. Fundamental/Gasto Total	0,0829	0,0378	0,6727	2,8235	0,0000	0,4057	0,0640	0,0953
Ed. Infantil/Gasto Total	0,0113	0,0122	2,1018	11,1826	0,0000	0,1625	0,0033	0,0139
Urbanismo/Gasto Total	0,0247	0,0157	0,6919	1,3358	0,0000	0,1403	0,0170	0,0305
Habitação/Gasto Total	0,0009	0,0038	10,9061	175,9840	0,0000	0,1040	0,0000	0,0000
Saneamento/Gasto Total	0,0046	0,0105	11,0676	301,1162	0,0000	0,3711	0,0000	0,0029

O total dos gastos sociais por função referentes às áreas escolhidas representaram, em média, 31,91% dos dispêndios municipais. O gasto com educação foi o que apresentou o maior valor médio, representando 10,42% dos gastos municipais. Em seguida, estão os gastos com a sub função educação fundamental e a função saúde que apresentaram 8,29% e 7,78%, respectivamente. O gasto com habitação foi de 0,09% e com saneamento foi de 0,46%, representando os menores valores da amostra.

O gasto com assistência social representou em média 1,28% dos gastos municipais. Dos tercis, verificou-se que para 1/3 da amostra o gasto com assistência social foi de até 1,02% do gasto total, enquanto que para 2/3 da amostra o gasto foi de até 1,44% dos gastos totais. O maior percentual de participação do gasto de assistência social em relação ao

gasto total municipal foi de 6,46%. Além disso, conclui-se que há uma baixa dispersão entre os valores da amostra devido à baixa variação entre os tercis.

O gasto com saúde representou em média 7,78% dos dispêndios totais dos municípios. Observou-se uma baixa variação entre os tercis, todavia, houve uma maior variação entre a média e o valor máximo, em que o maior percentual foi de 22,49%. Um dos aspectos que pode influenciar o fato de os gastos com saúde serem maiores do que com assistência social, por exemplo, é que há obrigatoriedade constitucional de aplicação de percentuais mínimos em serviços públicos de saúde.

O gasto com educação representou em média 10,42% dos gastos totais municipais e o percentual máximo do gasto nessa área foi de 39,02%. Essa função representou, em média, a maior parte dos dispêndios municipais em áreas sociais. Nota-se que há uma grande variação entre a média e o valor máximo, mesmo não havendo grande diferença entre o primeiro e o segundo tercil, que apresentaram 8,82% e 11,54% respectivamente.

Analisou-se também os gastos em educação fundamental e infantil. A educação fundamental correspondeu em média a 8,29% e a educação infantil a 1,13% dos gastos municipais. Destaca-se que a educação fundamental representou a maior parte dos dispêndios totais com educação. Isso pode ocorrer devido à quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental ser maior do que no ensino infantil, demandando mais gastos municipais na educação básica.

O gasto com urbanismo representou em média 2,47% dos dispêndios municipais totais. A baixa variação entre os tercis e o baixo desvio padrão mostraram que a composição desse gasto apresentou valores muito próximos entre os municípios.

Dentre os gastos analisados, os gastos médios em habitação e saneamento corresponderam aos menores valores médios em relação aos dispêndios totais dos municípios, representando 0,09% e 0,46% respectivamente. Isso pode estar relacionado ao fato de que a maioria dos programas sociais relacionados à habitação são realizados pelo governo federal.

O desvio padrão (D.P.) apresentou valores baixos, permitindo concluir que os valores gastos em cada área social tendem a estar próximos da média dos municípios da amostra.

Os gastos com saúde e o gasto social total apresentaram assimetria negativa. Esse resultado permite concluir que para estas variáveis a maior parte dos municípios gastou valores maiores que a média. Os demais gastos apresentaram assimetria positiva permitindo concluir que, para a maioria dos gastos selecionados para o estudo, os valores estavam situados antes da média, ou seja, a maioria dos municípios gastou valores inferiores à média.

A curtose apresentou valores positivos para todos os gastos analisados, indicando que os valores estão pouco concentrados em relação à média. Essa dispersão dos valores mostra que os gastos variaram muito entre os municípios.

A tabela 4.4 apresenta os resultados dos testes de médias dos gastos sociais proporcionais nos municípios que menos e que mais receberam repasses do Programa Bolsa Família. Essa análise permite avaliar se o gasto social é maior ou menor entre os municípios que mais e menos receberam repasses do Bolsa Família.

Tabela 4.4 - Testes de Médias para os Gastos Sociais Proporcionais.

Variáveis	mg1	mg2	stat t	t crít. unic.	t crít. bic.
Gasto Social Total/Gasto Total	0,2980	0,3424	-22,2666	1,6453	1,9606
Assistência Social/Gasto Total	0,0126	0,0129	-1,7920	1,6453	1,9606
Saúde/Gasto Total	0,0809	0,0737	11,8142	1,6453	1,9606
Educação/Gasto Total	0,0905	0,1195	-28,3254	1,6453	1,9606
Educação Fundamental/Gasto Total	0,0688	0,0999	-25,7428	1,6453	1,9606
Educação Infantil/Gasto Total	0,0132	0,0089	10,9586	1,6453	1,9606
Urbanismo/Gasto Total	0,0254	0,0231	4,3582	1,6453	1,9606
Habitação/Gasto Total	0,0011	0,0006	3,3853	1,6453	1,9606
Saneamento/Gasto Total	0,0055	0,0036	6,0123	1,6453	1,9606

As médias dos grupos que mais e menos receberam repasses do Bolsa Família foram semelhantes quando analisou-se o total de gastos sociais. Apesar de os dispêndios municipais em áreas sociais terem sido maiores nos municípios que mais receberam repasses do Programa Bolsa Família, o resultado do teste de média demonstrou que não houve diferença significativa entre os gastos sociais totais nos municípios.

Devido ao fato de a estatística teste ter sido inferior ao t crítico unicaudal, as médias entre os grupos que menos e que mais receberam repasses do Bolsa Família apresentaram valores semelhantes. Esse fato permite concluir que a quantidade de repasses recebidos do governo federal, através do Programa Bolsa Família, não apresentou grande influência sobre os investimentos em áreas sociais realizados pelos municípios.

O gasto social total apresentou estatística t inferior ao t crítico unicaudal. Isso mostra que apesar de a maioria dos gastos quando analisados separadamente apresentarem valores positivos para a estatística t e rejeitarem a hipótese nula, quando analisa-se os gastos sociais em conjunto, o resultado é diferente. Concluiu-se que ao analisar todos os gastos sociais selecionados para a realização deste estudo, os valores médios gastos pelos grupos que mais e menos receberam repasses não apresentaram diferenças significativas.

O gasto com assistência social apresentou um valor para a estatística teste (stat t) igual a -1,7920, que foi inferior ao t crítico unicaudal (t crít. uni.) de 1,6453. Portanto, não rejeita a hipótese nula e a princípio as médias apresentaram valores semelhantes entre os municípios da amostra que mais e menos receberam repasses do Bolsa Família.

No gasto com saúde, o valor da estatística teste foi superior ao t crítico unicaudal e, portanto, rejeitou a hipótese nula e concluiu-se que as médias foram diferentes. Observou-se que os valores médios gastos com saúde foram maiores nos municípios do grupo 1 (0,0809) do que no grupo 2 (0,0737), ou seja, aqueles que menos receberam repasses do Bolsa Família foram os que mais gastaram na função saúde. Isso pode estar relacionado ao fato de que por receber menos assistência do Programa Bolsa Família, as prefeituras tomaram a decisão de alocar mais recursos na área da saúde buscando melhorar o bem-estar da população.

Nos gastos com educação e com educação fundamental o resultado da estatística t foi menor que o t crítico unicaudal, e, portanto, não rejeitou a hipótese nula. Se não rejeitou a hipótese nula, considera-se que as médias entre os grupos que menos e mais receberam repasses do Bolsa Família foram semelhantes, pois os valores médios não apresentaram diferenças significativas.

Mesmo o gasto com educação não ter apresentado diferenças relevantes, quando analisamos uma de suas sub funções, a educação infantil, nota-se que esta apresentou resultados diferentes da função educação. O gasto com educação infantil apresentou estatística teste superior ao t crítico unicaudal e, sendo assim, rejeitou a hipótese nula de que as médias seriam iguais. Os valores médios do grupo 1 foram superiores à média do grupo 2. Pode-se inferir a partir desse resultado que os municípios que receberam menos assistência do governo federal através do Bolsa Família gastaram mais em educação infantil.

A estatística t foi maior do que o t crítico unicaudal para o gasto com urbanismo e, portanto, as médias são consideradas diferentes. Assim como os gastos com saúde e educação infantil, os gastos com urbanismo do grupo 1 foram superiores aos do grupo 2, destacando que os municípios que são menos assistindo pelo governo federal através de repasses de natureza social gastaram mais nessas áreas como forma de amenizar os problemas sociais da população.

Os gastos com habitação e saneamento apresentaram valores referentes à estatística t superiores ao t crítico unicaudal e com isso, apresentaram valores médios diferentes. Em ambos os gastos, a média do grupo 1 foi maior do que a média do grupo 2. Apesar de esses dispêndios municipais serem maiores nos municípios que receberam os

menores valores médios do Bolsa Família, esses valores têm uma participação muito pequena na composição do gasto municipal.

Embora a maioria dos gastos analisados tenham apresentado gastos maiores nos municípios que menos receberam repasses federais, quando analisa-se a totalidade dos gastos nota-se que os gastos sociais municipais foram maiores nos municípios que mais receberam repasses do Programa Bolsa Família.

4.3 Bolsa Família e os Gastos Sociais Per Capita

A tabela 4.5 apresenta os resultados das estatísticas descritivas para os gastos sociais per capita. Para a obtenção desses valores, calculou-se a razão entre o valor do gasto e a população do município, obtendo assim, o valor de cada gasto social por habitante.

Tabela 4.5 - Estatísticas Descritivas dos Gastos Sociais Per Capita.

Variáveis	Média	D. P.	Assim.	Curt.	Mín.	Máx.	1º T.	2º T.
Gastos Sociais Totais/PerCapita	2166,5642	857,5589	2,3889	13,0852	0,0000	11035,9661	1760,6090	2299,8637
Assistência Social/PerCapita	93,6882	77,5510	4,6133	45,4159	0,0000	1363,6499	57,2303	97,4624
Saúde/PerCapita	542,4965	261,3450	2,0423	10,1759	0,0000	3469,0518	411,1838	574,6134
Educação/PerCapita	691,3879	266,2739	1,7720	9,3936	0,0000	3283,6018	572,4172	749,0716
Ed. Fundamental/PerCapita	540,4176	248,6874	0,8605	3,7089	0,0000	2466,0379	431,6337	616,2668
Ed. Infantil/PerCapita	81,4156	98,8917	2,9548	21,6999	0,0000	1700,7656	20,7955	91,2529
Urbanismo/PerCapita	175,5241	159,6922	3,2746	23,4894	0,0000	2493,0836	100,2108	193,4097
Habitação/PerCapita	7,8805	54,4842	28,9469	1268,6606	0,0000	2758,6918	0,0000	0,0000
Saneamento/PerCapita	33,7538	104,1028	25,7751	1158,6238	0,0000	5199,9805	0,0000	18,0264

O desvio padrão (D.P.) da amostra demonstra que houve grande dispersão entre os gastos sociais *per capita*. A assimetria apresentou valores positivos para todas as variáveis do estudo, mostrando que a maior parte dos dados estão situados antes da média, ou seja, são poucos os municípios que apresentaram gastos por habitante superiores à média. A curtose também foi positiva para todas as variáveis estudadas, indicando que os dados não estão concentrados em torno da média e que houve grande variação dos gastos entre os municípios.

O total dos gastos sociais por habitante para o ano do estudo foi em média 2.166,56 reais e atingiu o valor máximo de 11.035,95 reais no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, no estado de Minas Gerais. Os municípios que receberam os menores valores médios do Programa Bolsa Família, ou seja, os pertencentes ao primeiro tercil, apresentaram valores médios de até 1.760,61 reais. Os municípios que receberam os maiores valores do

programa, pertencentes ao terceiro tercil, apresentaram valores médios superiores a 2.299,86 reais.

O gasto com assistência social *per capita* foi em média de 93,69 reais por habitante. Dos tercis verificou-se que os valores apresentaram uma variação considerável; enquanto para 1/3 da amostra o gasto foi de até 57,23 reais, para o restante da amostra o gasto foi de até 97,46 reais, ou seja, o 2º tercil (2º t.) apresentou um valor aproximadamente 70% maior do que o valor do 1º tercil (1º t.).

O gasto com saúde apresentou o segundo maior valor médio, atrás apenas do gasto com educação. Os municípios gastaram em média 542,50 reais em saúde por habitante, no ano de 2013. Destaca-se a importância da alocação de recursos nessa área para melhorar a qualidade de vida da população e, além disso, fornecer os mecanismos necessários para o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, que além da ajuda financeira, busca também garantir o acesso à programas de saúde.

A baixa variação percentual entre os tercis para os gastos com saúde e educação mostraram que a média desses gastos por habitante apresentou valores muito próximos entre os municípios. Isso pode estar relacionado ao fato de que há previsão constitucional que determina os valores mínimos a serem investidos nessas áreas e, por isso, os municípios apresentaram gastos médios aproximados.

O gasto por habitante em educação apresentou o maior valor médio dentre as variáveis do estudo. O valor médio foi superior à 690 reais e o valor máximo encontrado na amostra foi de 3.283,60 reais. No segundo tercil o gasto com educação foi aproximadamente 30% maior do que o valor do primeiro tercil.

As principais condicionalidades do Programa Bolsa Família estão ligadas à saúde e educação. Destaca-se o fato de que a educação é considerada a base para o acesso a outros direitos e, além disso, há uma obrigação constitucional que estabelece percentuais mínimos de dispêndios municipais nessa área. Esses podem ser alguns dos fatores que influenciaram os municípios a gastarem mais em educação do que em outras áreas sociais.

Dentre os gastos com educação, o valor médio do gasto com educação fundamental foi aproximadamente seis vezes maior do que o gasto com educação infantil. Os municípios gastaram em média 540,42 reais em educação fundamental, enquanto que com educação infantil foi gasto por volta de 81,41 reais. Essa diferença pode estar relacionada à quantidade de alunos matriculados em cada uma dessas etapas e também a necessidade de um maior volume de gastos na educação básica.

O gasto com educação infantil por habitante apresentou a maior variação entre os tercis dentre as variáveis da amostra. O valor referente ao segundo tercil, de 91,25 reais, foi aproximadamente três vezes superior ao valor referente ao primeiro tercil, de 20,79 reais.

O gasto com urbanismo foi em média 175,52 reais por habitante. Entre o segundo tercil e o primeiro tercil, houve uma variação de 93%. Enquanto para 1/3 da amostra o gasto foi de até 100,21 reais, para 2/3 da amostra o gasto foi de até 193,41 reais. O valor máximo gasto nessa área foi de 2.493,08 reais. Os gastos com habitação e urbanismo *per capita* apresentaram os menores valores médios dentre os gastos sociais selecionados, apenas 7,88 reais e 33,75 reais, respectivamente.

A tabela 4.6 demonstra os resultados dos testes de médias para os grupos que menos e mais receberam repasses do Programa Bolsa Família, referentes aos gastos sociais por habitante no ano de 2013. A análise desses grupos permite avaliar se o gasto social por habitante é maior ou menor entre os municípios que mais e menos receberam repasses do programa.

Tabela 4.6 - Testes de Médias para os Gastos Sociais Per Capita.

Variáveis	mg1	mg2	stat t	t crít. unic.	t crít. bic.
Gasto Social Total/PerCapita	2146,4225	2179,9758	-1,2001	1,6453	1,9606
Assistência Social/PerCapita	96,4855	89,3366	2,8680	1,6453	1,9606
Saúde/PerCapita	590,3805	486,1594	12,1961	1,6453	1,9606
Educação/PerCapita	643,5009	744,0444	-11,4767	1,6453	1,9606
Educação Fundamental/PerCapita	484,3149	611,1349	-15,4779	1,6453	1,9606
Educação Infantil/PerCapita	95,8763	62,0093	10,8711	1,6453	1,9606
Urbanismo/PerCapita	185,8840	156,6175	5,8442	1,6453	1,9606
Habitação/PerCapita	9,2713	6,0677	1,6426	1,6453	1,9606
Saneamento/PerCapita	40,7091	24,6059	6,0597	1,6453	1,9606

O gasto social total por habitante apresentou valores superiores nos municípios que mais receberam repasses do Bolsa Família. Apesar disso, a estatística teste foi inferior ao t crítico unicaudal, permitindo concluir que a diferença entre as médias dos grupos não foi estatisticamente significativa. Apesar de para esse gasto o valor ter sido superior no grupo dos municípios que mais receberam repasses do programa, a diferença entre os grupos não apresentou valores relevantes, ou seja, em média os gastos municipais sociais apresentaram valores semelhantes tanto para os municípios que menos receberam quanto para os que mais receberam repasses do Bolsa Família.

O gasto com assistência social por habitante apresentou o valor da estatística teste (stat t) superior ao t crítico unicaudal (t crit. unic.) rejeitando a hipótese nula, portanto as

médias são diferentes. Concluiu-se que a média do grupo 1 (mg1) foi superior à média do grupo 2 (mg2), sendo assim, os municípios que receberam menos assistência do governo federal através de repasses do Programa Bolsa Família foram os que mais gastaram com assistência social, em média 96,48 reais por habitante.

Os gastos com educação e com a sub função educação fundamental apresentaram valores da estatística teste inferiores ao t crítico unicaudal. Portanto, as médias não apresentaram diferenças relevantes. Apesar disso, ambos os gastos apresentaram valores superiores nos municípios que receberam mais repasses do Bolsa Família (grupo 2).

Apesar de os gastos com educação e educação fundamental não terem rejeitado a hipótese nula, o gasto com educação infantil apresentou resultado diferente. Neste gasto a estatística teste foi superior ao t crítico unicaudal, rejeitando a hipótese de que as médias seriam iguais. Ao contrário dos outros gastos, para este, a média do grupo 1 foi superior a do grupo 2, concluindo que os municípios menos assistidos pelo Programa Bolsa Família gastaram mais em educação infantil.

Os gastos com urbanismo, habitação e saneamento foram superiores nos municípios que menos receberam repasses do governo federal referente ao Programa Bolsa Família. Pode-se concluir a partir disso que devido à baixa assistência do governo federal, as prefeituras decidiram gastar mais nessas áreas como forma de garantir a oferta desses serviços com o objetivo de melhorar o bem estar da população.

Os testes dos gastos com urbanismo e saneamento rejeitaram a hipótese nula de que as médias entre os grupos fossem iguais, pois apresentaram a estatística teste superior ao t crítico unicaudal. Entretanto, no gasto com habitação a estatística teste apresentou um valor um pouco abaixo do t crítico unicaudal, mostrando que as médias não apresentaram diferenças significativas.

Portanto, concluiu-se que para o gasto social total por habitante os valores recebidos por meio do Programa Bolsa Família não influenciaram significativamente os gastos sociais municipais e estes não apresentaram diferenças relevantes entre os municípios que mais e que menos receberam repasses do programa.

Uma possibilidade para explicar esse resultado, em relação aos grupos que menos receberam repasses do programa, pode estar relacionada ao fato de que os valores repassados pelo Programa Bolsa Família não são suficientes para garantir o bem estar da população, tornando necessário que as prefeituras também gastem em áreas sociais com o objetivo de melhorar a oferta desses serviços, buscando garantir uma melhor qualidade de vida para a população.

Considerando os municípios que mais receberam repasses do Bolsa Família, os gastos sociais podem estar relacionado ao fato de que devido à grande quantidade de famílias beneficiadas pelo programa, torna-se necessário um volume maior de gastos sociais de modo que o município forneça as condições básicas para que essas famílias consigam cumprir as condicionalidades impostas pelo programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os objetivos desta pesquisa, analisou-se a possibilidade de o valor recebido pelos municípios, através do Programa Bolsa Família, influenciar as decisões de investimentos municipais em áreas sociais, no ano de 2013. Ou seja, buscou-se verificar se os valores investidos em áreas sociais pelos municípios foram maiores ou menores devido ao fato de um município receber mais ou menos recursos do Programa Bolsa Família.

Os resultados da pesquisa mostram que os gastos sociais estudados representaram 31,91% dos gastos orçamentários municipais e foram de aproximadamente 2.166,56 reais por habitante. Para as duas variáveis selecionadas para o estudo, os testes de médias permitiram concluir que para o gasto social total a média do grupo dos municípios que menos receberam repasses e do grupo dos municípios que mais receberam repasses do programa não apresentaram diferenças significativas. Portanto, a quantidade recebida do governo federal através do Programa Bolsa Família não influenciou significativamente os totais gastos em áreas sociais, pelos municípios, considerando a somados gastos sociais selecionados para este estudo.

Ao analisar cada gasto separadamente, concluiu-se que considerando o gasto proporcional e o gasto por habitante, os gastos com saúde, educação infantil, urbanismo, habitação e saneamento apresentaram valores superiores nos municípios que menos receberam repasses do programa. Os gastos com educação e educação fundamental foram superiores nos municípios que mais receberam repasses do programa. Ou seja, para a maioria dos gastos, os maiores investimentos municipais ocorreram naqueles que menos receberam repasses do programa, permitindo inferir que na maioria dos casos, devido aos baixos valores repassados pelo governo federal, as prefeituras optaram por investir mais recursos nessas áreas.

Para os gastos com educação, educação fundamental e gasto social total as médias dos grupos que menos e que mais receberam repasses do Bolsa Família apresentaram valores semelhantes tanto para o gasto proporcional quanto para o gasto por habitante. O gasto proporcional com assistência social e o gasto per capita com habitação também apresentam valores médios semelhantes entre os grupos.

Os gastos que apresentaram os maiores valores médios de gastos municipais foram educação e saúde, indicando a importância da realização de investimentos nessas áreas para a manutenção do bem estar da população. Habitação e saneamento apresentaram os menores gastos médios.

Portanto, respondendo ao problema da pesquisa, o repasse do Programa Bolsa Família pode ter influenciado alguns dos gastos sociais, mas quando analisa-se os gastos sociais em conjunto, nota-se que os valores repassados pelo programa não apresentaram influência significativa sobre os gastos realizados pelos municípios em áreas sociais.

Para pesquisas futuras sugere-se a utilização de mais gastos sociais – como os gastos com segurança pública, previdência social, cultura e lazer – e também de outros tipos de gastos públicos – como agricultura, indústria, comércio e serviços –, a análise de um período de tempo maior, buscando analisar se há uma variação considerável entre os períodos ou se os resultados apresentaram valores anuais semelhantes. Um período interessante para esse tipo de análise seria os anos de 2015 e 2016 devido ao cenário político e econômico do país.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R. R.; ARAUJO, E. A.. A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível, 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001530.pdf> Acesso em 28 set. 2016.
- BOUERI, R.. Uma avaliação da eficiência dos municípios brasileiros na provisão de serviços públicos usando “data envelopment analysis”. **Boletim de desenvolvimento fiscal**, v. 03, dez. 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 10 set. 2016.
- BRASIL. **Emenda Constitucional 29**, de 13 de setembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm>. Acesso em: 29 set. 2016.
- BRASIL. **Emenda Constitucional 53**, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação ao Cap. IV Art. 30 Inciso VI da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm#art1>. Acesso em: 10 set. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- BURLANDY, M. de C. M. S. L. et al.. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálisis Florianópolis**, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2007.
- CARVALHO, M. A. Políticas públicas e competitividade da agricultura. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 1, p. 81, jan./mar. 2001.
- CASTRO, J. A. et al. Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal: 1995-2001. Brasília: IPEA. **Texto para discussão, n. 998**, 2003.
- CASTRO, J. A.; NETO, M. B. de M.; SADECK, F.; DUARTE, B.; SIMÕES, H.. Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal: 1995-2001. Brasília: IPEA, 2003. **Texto para discussão nº 988**, 2003.
- CAVALCANTI, M. C. B.. Análise dos tributos incidentes sobre os combustíveis automotivos no Brasil. 2006. **Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2006.
- FERNANDES, M. A. da C. (Coord.). Dimensão e acompanhamento do gasto social federal. Brasília: IPEA, fevereiro de 1998. **Texto para discussão, n. 547**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3820> Acesso em: 10 set. 2016.

FRANCO, A. M. P.. Os determinantes da qualidade da educação no Brasil. **Tese de Doutorado em Economia**. Universidade de São Paulo, SP. 2008.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L.. O impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação. 2008. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_ImpactoBolsaFamilia_Premio.pdf> Acesso em: 19 set. 2016.

IBGE, Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm>. Acesso em 07 nov. 2016.

LAVINAS, L.. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, 2007.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>> Acesso em: 10 set. 2016.

MARQUES, R. M.; MENDES, A.; LEITE, M. G.; HUTZ, A.. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados**, v. 2, p. 163-204, 2007.

MORAES, M. R.. Mais além do federalismo fiscal: caracterização e avaliação da eficácia institucional de sistemas federativos. **Encontro de Economia Política**, 7, Curitiba, 2002.

MORAIS, C. M. Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística, 2005.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B.. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H.. Os efeitos macroeconômicos das transferências sociais: uma abordagem de matriz de contabilidade social. **Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas**, 2015.

PIMENTEL, M. A. M.. Os determinantes dos gastos sociais das prefeituras: o papel do financiamento eleitoral. **Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília**, 2014.

PYNDICK, R. S.; RUBINFELD, D. L.. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 2002.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J.. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24-40, jan./abr. 2005.

ROCHA, F. de M.; LIMA, J. F.; PIACENTI, C. A.. As despesas municipais e os gastos sociais na região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 3, n. 1, p. 89-102, jan./jun. 2011.

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)> Acesso em: 15 set. 2016.

SILVA, A. de A. P. et al. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 96-114, jan./abr, 2012.

SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. Brasília: IPEA, 2010. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Vol. 2.

SOARES, S.; SÁTYRO, N.. O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: IPEA, outubro de 2009. **Texto para discussão, n. 1424**. 2009.

ZIMMERMANN, C. R.. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 3, n. 4, 2006.